

Crise mundial e revisão das estratégias de desenvolvimento no Terceiro Mundo*

I

Coincidindo no tempo com a conquista da independência das ex-colónias portuguesas em África, a economia mundial entrou em 1974-75 num período de profunda crise, cujas manifestações mais evidentes se prolongaram durante uma década e penalizaram e penalizam ainda duramente os países do Terceiro Mundo, em particular os mais pobres.

Interessa-nos neste texto:

- a) Descrever alguns traços fundamentais da génese e desenvolvimento da crise;
- b) Caracterizar as suas consequências no Terceiro Mundo e as correspondentes implicações na concepção das estratégias de desenvolvimento;
- c) Referir, neste contexto, aspectos específicos da experiência dos países africanos de expressão oficial portuguesa (PAEOP).

Embora com flutuações de curto e médio prazo, que são características do funcionamento da economia capitalista, pode dizer-se que, no pós-guerra e até ao início dos anos 70, se assistiu a um período de crescimento económico e de expansão do comércio internacional de ritmo e dimensão sem precedentes. Nos países do Norte desenvolvido, o crescimento económico tornou-se, por assim dizer, um movimento histórico «natural», cujas *possibilidade e desejabilidade* só vieram, ao nível da consciência social, a ser seriamente postas em causa no final dos anos 60, quer por manifestações contestatárias do tipo do Maio de 68 em França, quer pela reflexão em torno da problemática ecológica e do «esgotamento» dos recursos naturais.

Esse processo de crescimento económico acelerado, cobrindo, *grosso modo*, o terceiro quartel deste século, não permitiu ao Terceiro Mundo

* Texto redigido a partir das notas da conferência proferida pelo autor em Bissau, em Março de 1985, em sessão presidida pelo ministro da Coordenação Económica, Plano e Cooperação Internacional, Dr. Bartolomeu Pereira. A conferência integrou-se num ciclo organizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) de Bissau, sob o tema geral «Estratégias de desenvolvimento e sistemas de planificação».

Uma conferência sobre o mesmo tema havia também sido realizada pelo autor, em Dezembro de 1984, na Universidade Eduardo Mondlane, de Maputo, a convite da Faculdade de Economia.

conquistar uma participação maior quer no produto mundial quer no comércio mundial. Quanto ao primeiro aspecto, segundo uma estimativa do Instituto de Economia Mundial de Budapeste¹, teria 12% do produto mundial em 1950, mas apenas 11% em 1969; em contrapartida, a parte dos países socialistas teria passado de 20% a 31% no período, decaindo a parte dos capitalismo desenvolvidos de 68% para 58%. Quanto à parte do Terceiro Mundo nas exportações mundiais, era, segundo a UNCTAD², de 31% em 1950 e apenas 18% em 1970. Em síntese: a dinâmica de crescimento desta época é essencialmente um fenómeno dos dois «mundos» do Norte, capitalista e socialista, enquanto o Sul, no seu conjunto, não reduz a distância que o separa das economias desenvolvidas de mercado e de planeamento central.

Ao entrarmos no terceiro quartel deste século, a expansão económica afrouxa sensivelmente e há mesmo períodos de decrescimento. O *World Development Report* (1985), do Banco Mundial, dá-nos algumas estimativas esclarecedoras (quadro n.º 1).

Crescimento médio anual do PIB (percentagem)

[QUADRO N.º 1]

	1960-73	1973-80	1980-85
Países industriais	4,9	2,8	2,3
Países em desenvolvimento	6,1	5,5	3,0
(África de baixo rendimento)	(3,7)	(2,7)	(1,4)

A passagem dum cenário de forte expansão para outro de crescimento frouxo e hesitante (como dissemos, a meio da década de 70) coincide aproximadamente com a primeira «crise do petróleo» (1973-74), quando o preço do petróleo se multiplica por quatro dum só golpe. No entanto, seria análise míope estabelecer uma causalidade simples entre a crise mundial e a crise energética. As causas daquela são muito mais complexas e enraizadas no processo capitalista global das décadas de 50 e 60. Não podemos entrar aqui, como é óbvio, numa análise aprofundada dessa crise. Há todavia alguns factos primordiais que nos interessa reportar³.

Há, por um lado, um declínio da propensão a investir nos capitalismo desenvolvidos, que se associa à queda da taxa de lucro. Para este facto contribuem o aumento da parte do trabalho no rendimento nacional e a estruturação numa certa «relação salarial», como dizem autores franceses, que, entre outras consequências, aumentam sensivelmente os custos directos e indirectos da mão-de-obra.

Acentua-se também a tendência à terciarização das economias, com crescimento absoluto e relativo das necessidades de consumo «intensivas em serviços» (higiene e saúde, transportes e comunicações, educação e tempos livres, etc.), tudo contribuindo quer para maior dificuldade na obtenção de crescimentos de produtividade, quer para pressão crescente nas finanças

¹ M. Simai, *Economic Growth and the Development Level*, Budapeste, 1972.

² *Manuel de Statistiques*, Genebra, CNUCED, 1983.

³ *Overall Economic Perspective for ECE region up 1990*, Genebra, Comissão Económica para a Europa da ONU, 1978.

públicas, com tendência ao aumento das despesas públicas e dos défices correntes do Estado.

As empresas transnacionais ocupam lugar preponderante não só no comércio internacional, mas também nos vários aspectos que integram as relações económicas internacionais, aumentando as dificuldades das políticas *nacionais* de regulação da conjuntura.

Enfim, o sistema monetário internacional instaurado depois da guerra com base nos acordos de Bretton Woods (1944) entra em crescente desorganização e avizinha-se do colapso. O dólar é desvalorizado em relação ao ouro (1971) e deixa de ser convertível nesse metal por decisão de Nixon e as taxas de câmbio vão progressivamente tornando-se menos estáveis.

A perturbação adicional do primeiro choque petrolífero, de 1973, dá o golpe de misericórdia num «modelo» de acumulação e crescimento que já nos anos 60 mostrava sinais de fragilidade. Abre-se uma época de transição, donde não saímos ainda e em que uma nova vaga de inovações tecnológicas se tornam socialmente necessárias, pelo menos oportunas. Elas surgem, em particular, no complexo da electrónica, nas suas várias aplicações — telecomunicações, informática, robótica, etc.

Neste texto interessa-nos descrever o *processo de adaptação* à crise que se desenrola, digamos, de 1975 até hoje e que tem dramáticas consequências sobre extensas regiões do Terceiro Mundo, como vamos verificar.

O quadro n.º 2 dá-nos algumas indicações sobre esse processo.

Saldo das operações correntes da balança de pagamentos (1970-84)
(bilhões de dólares)

[QUADRO N.º 2]

	1973	1974	75-78 (a)	1979	1980	1981	1982	1983	1984
1) <i>Países industriais</i> ..	10,3	-14,6	12,1	-5,6	-38,8	3,1	1,2	2,2	-34,2
Estados Unidos	9,1	7,6	1,2	2,6	6,6	10,7	-3,8	-35,5	-93,4
Seis outros grandes países industriais...	0,6	-10,4	19,0	4,6	-18,7	8,8	17,7	39,0	53,2
2) <i>Países exportadores de petróleo do Médio Oriente</i>	0,5	55,9	33,8	61,9	99,6	56,3	3,3	-11,1	-6,0
3) <i>Países em desenvolvimento</i>	-9,1	-21,0	-39,5	-51,7	-68,0	-105,1	-99,2	-56,7	-35,6

(a) Médias anuais.

Fonte: Banco Mundial, *World Development Report*, 1985.

Os «países industriais» capitalistas, na classificação do Banco Mundial, com excepção dos EUA, sofrem um défice considerável nas transacções correntes após o primeiro choque petrolífero, mas recuperam-no com relativa facilidade e o mesmo se observa após o segundo choque, em 1979-80. Os «países em desenvolvimento», porém, vão aumentando os seus défices correntes até 1981, reduzindo-os depois disso, à custa geralmente de políticas restritivas que refreiam o crescimento, aumentam o desemprego e conseguem aumentos de exportação a todo o custo, ainda que as importações sejam fortemente contidas. Os próprios países exportadores de petróleo do Médio Oriente não conseguem mais excedentes na sua balança de transacções correntes a partir de 1983. Entretanto, nova vaga de protecção dos

países industriais aumenta as dificuldades dos países do Sul. Os difíceis e penosos aumentos da exportação, porém, servem em grande parte para pagar juros de dívida externa. Por exemplo, em 1983, 42% do valor das exportações da América Latina foram necessários para pagar juros da dívida⁴. Segundo o Banco Mundial, a parte desses juros no PNB dos «países em desenvolvimento» quase se multiplica por seis entre 1970 e 1984 (sendo de 0,5% em 1970 e atingindo 2,8% em 84), enquanto a dívida externa em proporção do PNB passa de 14% a 34% no mesmo período.

Que significam estes factos?

No essencial, há dois «momentos» neste processo. O primeiro respeita ao primeiro período da década de crise. Vários factores jogaram no sentido do adensamento das relações Norte/Sul, quer relações financeiras, quer comerciais. O segundo «momento», no final dos anos 70, tem a ver com a eminência duma crise financeira mundial de grandes proporções e as reacções daí decorrentes.

Consideremos separadamente as duas fases.

O aumento do preço do petróleo gerou grandes excedentes financeiros nos grandes países produtores, sobretudo naqueles que dispunham de menor capacidade interna de absorção dos ganhos do comércio de petróleo. Estão neste caso a Arábia Saudita, o Koweit, a Líbia, o Irão e os Emirados Árabes. Bancos dos países capitalistas desenvolvidos, em particular dos EUA, dispoendo dos fundos neles colocados por países da OPEP e atendendo às fracas expectativas da conjuntura recessiva naqueles países, orientam grande parte das aplicações desses fundos para o Terceiro Mundo. É assim que a dívida externa dos «países em desenvolvimento», ainda segundo dados do Banco Mundial, passa de 68 biliões de dólares em 1970 a 686 em 1974, tendo somente em 1982-80 aumentado 50%. Nessa dívida assumem peso crescente os bancos privados e, por outro lado, generalizam-se empréstimos a taxas de juro variáveis, na maior parte titulados em dólares americanos. O investimento directo externo nos países em desenvolvimento, por seu turno, que em 1965-69 representava 1,2 biliões de dólares em média anual, atingiu 13,4 biliões em média no período de 1982-83; a parte dos «países em desenvolvimento» no investimento directo externo dos países industriais passa de 18% a 27% entre aquelas datas. Não é também de estranhar que, neste período, o comércio internacional se desenvolva mais no sentido Norte/Sul, e não Norte/Norte, como aconteceu no período de forte expansão do terceiro quartel deste século.

Em 1979, além de se iniciar o segundo «choque petrolífero», o Governo dos EUA modifica a sua política monetária quando o Conselho do Sistema Federal de Reserva deixa de controlar as taxas de juro e passa a fiscalizar o comportamento dos agregados monetários. Sobem as taxas de juro e o dólar tem valorização espectacular, uma e outra coisa agravando o serviço da dívida externa do Terceiro Mundo (e não só, naturalmente — também de países socialistas, como a Polónia, por exemplo) e despoletando dramáticas crises financeiras, como foram os casos do México, Argentina e Brasil. Multiplicam-se os acordos *in extremis* sobre reescalamentos das dívidas externas, os programas de estabilização acordados com o FMI, ou de ajustamento estrutural à maneira do Banco Mundial, etc. Um resultado

⁴ Dragoslav Avramovic, «Dívida externa e o sistema financeiro mundial», in *Economia e Socialismo*, n.º 62, Julho-Setembro de 1984.

de tudo isto, no dizer do Banco Mundial — que não pode ser suspeito de radicalismo —, traduz-se assim^{5, 6}:

Em quase toda a África, o rendimento real por habitante não é mais elevado, em média, do que era em 1970. Na maior parte da América Latina caiu ao nível de meados dos anos 70. O desenvolvimento de dezenas de países, digamos cruamente, atrasou-se uma década.

II

Há uma amarga ironia na evolução das relações económicas internacionais na última década. Há cerca de dez anos, o poder reivindicativo dos povos do Terceiro Mundo no sentido duma nova ordem económica internacional (NOEI) parecia considerável. A doutrina do *collective self reliance* mostrava-se capaz de operar recuos significativos no domínio dos grandes países desenvolvidos, de economia capitalista, no mercado mundial. A derrota norte-americana no Vietname, que parecia prenunciar o crepúsculo do imperialismo dos EUA, o fim do colonialismo português, a democratização das periferias europeias, tudo significava — cria-se — um vento progressivo de mudança transformando aceleradamente o planeta. Alguns pensavam também nas imensas possibilidades de cooperação entre países socialistas e países do Terceiro Mundo no sentido da edificação da tão desejada NOEI.

As duras realidades da segunda metade dos anos 70 e da primeira metade dos 80 contrariaram largamente tais expectativas. Em lugar de se reduzirem ou desfazerem, reforçaram-se os múltiplos laços de dependência dos países subdesenvolvidos da América Latina, de África e da Ásia em relação aos capitalismos avançados, em particular pela dependentização financeira associada à dívida externa crescente, nas condições que referimos. Não maior integração horizontal Sul-Sul, mas antes reforço da integração vertical, dependente, Norte-Sul. Esta evolução é mais que patente na América Latina, mas manifesta-se também clara na África ao Sul do Sara.

Uma das consequências desta situação é o pôr em causa das estratégias de desenvolvimento autocentradas que, ao menos no discurso ideológico, pareciam ganhar terreno na teoria e na prática das economias do Terceiro Mundo. Isto é dizer, além do mais, que a autonomia das economias nacionais — ou desejando sê-lo — pareceu definitivamente relegada para o museu das utopias.

Embora com características específicas, a experiência da primeira década de independência das ex-colónias portuguesas em África é elucidativa do que dissemos acima com maior generalidade.

Convém referir, ainda que de forma sumária, o que essa experiência tem de específico.

Em primeiro lugar, o *momento* do acesso à independência política. Ele coincide, aproximadamente, com o deflagrar da aguda crise mundial, que, como observámos, teve consequências particularmente desfavoráveis em

⁵ *World Development Report*, 1985, p. 1.

⁶ Para uma visão radical do mesmo tema ver A. Gunder Frank, «A crise económica mundial e o Terceiro Mundo em meados dos anos 80», in *Economia e Socialismo*, n.º 62, Julho-Setembro de 1984.

África. A jovem África lusófona emerge do estatuto colonial quando o meio económico envolvente assume características fortemente recessivas. Como teria sido o percurso dessa África se tivesse chegado à independência política de forma menos violenta e mais gradual, digamos, dez anos antes? Claro que é pergunta que o tempo passado deixará para sempre sem resposta.

Em segundo lugar, as consequências do atraso económico, político, científico e tecnológico de antiga metrópole projectadas não apenas no período colonial, mas *também no período pós-colonial*. Ao contrário do colonialismo francês e inglês, o colonialismo português não tinha condições para preparar a metamorfose neocolonial. Por outro lado, as descolonizações de ruptura não podem deixar de criar traumatismos violentos nas ex-colónias, tanto mais que, mesmo quando, de parte a parte, houve condições para estabelecer relações de cooperação de interesse mútuo, Portugal não manifestou vontade e capacidade política suficiente nesse domínio. Três dos cinco países recém-independentes acomodam-se (por ausência real de alternativa) no estatuto de *least developed countries (LDC)*, isto é, são candidatos a substanciais volumes de ajuda externa *per capita*, provenientes das mais diversas fontes bilaterais e multilaterais. Os países vizinhos da República da África do Sul sofrem, acima de tudo, dessa vizinhança, sem que a ex-metrópole pudesse (ou quisesse) desempenhar papel significativo na defesa de independências tão duramente conquistadas.

Em termos sintéticos, pode reconhecer-se que a natureza do processo colonial português, e da «descolonização» rápida que o encerrou, permitiu em 1974-75 um acesso pleno à independência política das ex-colónias, mas, ao mesmo tempo, deixou pesados obstáculos à passagem dessa realidade política a correspondente realidade económica. Os estados recém-nascidos eram apenas projectos ou esboços de nações e de economias nacionais. Em particular, a passagem à construção da economia nacional manifestou-se caminho muito mais penoso do que surgia aos poderes políticos no dia das independências.

Importa compreender porquê, sem desviar pudicamente o olhar dos graves (embora compreensíveis) erros de política económica cometidos por governos inexperientes e defrontando, em várias frentes, tremendas dificuldades. Julgamos que podem agrupar-se nas seguintes categorias: erros resultantes duma concepção mimética e voluntarista do desenvolvimento; erros resultantes da frouxa ou inexistente coordenação central de decisões de política económica; sacrifício sistemático do camponês tradicional; incapacidade para articular elementos de «plano» e de «mercado» na estruturação dos sistemas económicos. Tais falhas seriam muito caras em contexto de crise económica mundial com as características descritas.

Claro que estes «erros» não são específicos dos PAEOP, longe disso, e a amplitude dos mesmos não foi idêntica em todos eles, sendo certamente Cabo Verde o Estado que melhor soube evitar erros graves de política económica na sua primeira década de existência. Não é independente destes factos a situação de transição em que se encontram quer os sistemas económicos, quer as políticas económicas em todos os quatro restantes países da África lusófona. Por exemplo, o facto de Angola e Moçambique, durante muito tempo relutantes (sobretudo Angola), terem recentemente aderido à Convenção de Lomé III, aceitando elos de cooperação fortes e explícitos com os países capitalistas da CEE, é sintoma claro dessa transição.

Vamos analisá-la mais detidamente, procurando o seu significado profundo.

III

A visão progressista das estratégias de desenvolvimento característica dos anos 60 e inícios dos 70 assentava nos seguintes pressupostos:

Sendo o subdesenvolvimento manifestação de determinado sistema (capitalista) de relações económicas internacionais, a sua superação implicava necessariamente a ruptura ou, pelo menos, a «desconexão» (Samir Amin) com esse sistema.

Na ordem intranacional, a palavra de ordem — a agricultura como base, a indústria como motor — podia ser entendida de várias formas, à «chinesa» (China de Mao) ou à «soviética», num caso procurando-se o autocentramento assente política e socialmente na aliança operário-camponesa, noutro caso aceitando-se, explícita ou implicitamente, a «exploração» do camponês pela indústria, de grande dimensão, de tecnologia avançada e intensiva em capital. Em qualquer caso, o Estado e o plano assumiriam, global e sectorialmente, a condução e o exercício do essencial da actividade económica.

A projecção externa desta estratégia interna daria primazia à articulação com países socialistas (modelo soviético) ou à articulação Sul-Sul com países subdesenvolvidos (orientação mais próxima do modelo chinês).

Podem dizer-se sem hesitação que a última década foi decepcionante nos resultados práticos de tais pressupostos. À crise mundial capitalista, quando seria mais necessário encontrar na prática *a* ou *as* alternativas socialistas, juntou-se também — utilizando uma antiga expressão de Tibor Mende — o descrédito das «utopias de exportação», oriundas, mais ou menos directamente, da URSS e da China Popular. No caso dos PAEOP, boa parte dos erros que referimos vem da vontade política que, com alguma ingenuidade, julga encontrar receitas prontas a usar naqueles modelos. Outra parte resultou de falhas não na escolha das receitas, mas antes na sua aplicação, tempo e dosagem do medicamento.

Os exemplos são conhecidos e não nos alongaremos sobre eles. O plano é pesada e ineficiente máquina administrativa nuns sítios, ou exercício de redacção do tipo *wishful thinking* noutros, em qualquer caso não interferindo ou interferindo mal no curso real dos acontecimentos. Ambiciosos projectos de investimento geram fábricas utilizadas a 10% ou 20% da sua capacidade, criam problemas insolúveis de organização e gestão, pesando ainda, por vezes fortemente, na balança de pagamentos. O camponês marginalizado retrai a produção comercializável e deixa as cidades em míngua de alimentos se faltam as divisas e/ou a ajuda externa. As empresas públicas não são os pontos de excelência na gestão eficaz de recursos escassos, pois muitas vezes, bem ao contrário, são padrões inaceitáveis de ineficiência.

Mais gravemente, talvez, do que isso, as articulações externas alternativas do capitalismo mundial não funcionam de forma significativa (Sul-Sul), ou funcionam em condições que também não são modelos de gestão óptima dos recursos nacionais, na óptica do interesse das próprias nações. Estas, sendo jovens, não demoram, ainda assim, muito tempo a identificar o seu próprio interesse.

Tão melancólico balanço correria o risco, como se costuma dizer, de nos fazer deitar fora «o bebé com a água do banho». Na realidade, a passada década foi, sem dúvida, tempo de morte para muitas ilusões dos anos 60 e começos dos 70, mas está na natureza do conhecimento humano defrontar infundavelmente o *real em si* para encontrar novos caminhos individuais e colectivos da sobrevivência e desenvolvimento da espécie.

Que se poderá então concluir de positivo sobre a necessária revisão das estratégias de desenvolvimento perante a experiência acumulada nestes incertos e difíceis anos? Responder a esta questão é, afinal, e além do mais, procurar o sentido da transição que se observa actualmente na maioria dos PAEOP.

IV

Como recentemente afirmava ao autor destas linhas um alto dirigente político dos PAEOP, a África teve de importar tudo dos países economicamente mais avançados, incluindo a ciência, a tecnologia e a *própria ideologia*. É compreensível que, conquistando as independências não só contra as ex-metrópoles, mas, em muitos casos, explicitamente contra o capitalismo, que as subdesenvolvera e explorara, nações do Terceiro Mundo procurassem uma ideologia anticapitalista já estruturada e praticada como fundamento doutrinário da sua política. Isto sucedeu com as ex-colónias portuguesas, como noutros casos. Mas dirigentes com a envergadura dum Amílcar Cabral são muito raros e a sua vida demasiado curta — mesmo quando escapam ao assassínio — para tirarem as devidas lições da sua própria experiência e dos povos que conduzem.

As circunstâncias que anteriormente referimos — não só a crise mundial do capitalismo, mas também a decepção das vias alternativas — criaram um vazio ideológico que seria estultícia admitir que as receitas de política económica do FMI ou do Banco Mundial pudessem preencher. Assim, enquanto, nos meios académicos e intelectuais do Norte desenvolvido, a procura do «desenvolvimento alternativo» pode surgir como inofensivo e irrelevante jogo de espírito, na conjuntura actual dos povos do Terceiro Mundo, em particular dos mais afectados pela crise mundial, essa procura é uma necessidade dramática e bem objectiva. Porém, há o risco de se generalizar um discurso oficial desenvolvimentista, agora tecnocrata e pragmático, como reacção ao discurso excessivamente voluntarista e radical de anos atrás. No caso dos PAEOP, a transição em curso poderá significar apenas a justificação ideológica duma progressiva capitulação perante as instâncias que, em plena crise económica e financeira, veiculam, com a «ajuda» externa, os modos da sua aplicação, isto é, ditam do exterior as orientações principais da política económica supostamente «nacional». A opção que hoje se coloca claramente a este nível nestes países, na fase crítica que descrevemos, é entre um vazio conceito de «desenvolvimento», veiculado do exterior, sem dinâmica endógena, como discurso do Estado — dos seus políticos e funcionários — que, consciente ou inconscientemente, capitulou na luta pela independência nacional, e a procura prática e teórica de qualquer «outro desenvolvimento» ajustado às coordenadas culturais, sociais, económicas e políticas destas «nações em vias de se fazerem», como escrevia François Perroux na época da descolonização da África de expressão francesa.

V

No campo estrito da política económica, talvez que a questão elementar donde decorrem muitas outras respeite ao *quadro institucional de elaboração e execução de tal política*, se se preferir, à *configuração formal e efectiva*

dos sistemas económicos. Em rigor, sem coordenação central de decisões não há política económica do Estado; poderemos assim interrogar-nos sobre quais os PAEOP em que, na realidade, já existem condições para tal política. Afirmar isto equivale também a pôr em dúvida, naquelas condições, a viabilidade de praticar qualquer estratégia de desenvolvimento, seja ela qual for, que vise integrar e articular progressivamente a economia nacional.

Esta questão fundamental — no sentido estrito do termo — envolve opções como as seguintes: dimensão e modo de funcionamento do sector público; natureza do plano e do sistema de planeamento; sistema de gestão das finanças públicas, etc. Em todos os PAEOP, estas áreas estão a ser objecto de reexame e, nalguns casos, como Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, medidas de correcção estão já a ser praticadas, urgentes pela gravidade da situação actual.

Relacionado com isto põe-se o problema da «estabilização», ou seja do macroajustamento económico e social que permita superar a crise económica e financeira, em particular no domínio dos défices das finanças públicas e dos pagamentos externos. Sem a questão anterior minimamente defrontada, qualquer política convencional de estabilização corre o risco de provocar custos económicos e sociais adicionais, numa situação já muito precária, sem correspondentes benefícios, mesmo diferidos. Daí a necessidade de na prática combinar a «estabilização» com as reformas no sistema económico. Por outro lado, questões «verticais» e «horizontais» específicas assumem, conforme os casos, particular relevância. Por exemplo, nos domínios do desenvolvimento rural, da comercialização e da política de preços (Guiné e Angola, por exemplo); política demográfica e, em geral, toda a problemática dos recursos humanos (Cabo Verde); infra-estruturas mínimas de transportes e produção e distribuição de energia (Guiné, São Tomé e Príncipe), etc.

Que se poderá reter de essencial nestas problemáticas complexas e diferenciadas, intensamente vividas, por vezes, em agudas situações de crise e insegurança das populações?

A nosso ver, é possível identificar alguns pontos comuns e decisivos nestas experiências:

1) Tal como a *prática* do desenvolvimento nacional requer uma dinâmica endógena, assim a *concepção* desse mesmo desenvolvimento não pode residir senão numa *utopia também endógena*. O elemento utópico significa, neste caso, que o projecto nacional irá sempre à frente do que a realidade objectiva permite atingir; esse projecto é um limite ou um óptimo que anima a prática, mas que esta nunca atinge por inteiro.

Mas a época das *utopias de importação-exportação* saldou-se por flagrantes malogros, como vimos; *cada sociedade carece de produzir a sua utopia própria e adequada (tal como a tecnologia)*. Isto não é matéria fácil e, além do mais, cobre a vastíssima problemática da animação cultural e da participação popular. Em última análise, não foi esse projecto utópico e endógeno que Amílcar Cabral procurou construir, não na época da afirmação do Estado guineense, em que já não viveu, mas na sua «pré-história», isto é, no tempo da luta da libertação nacional?

2) Ao nível da estruturação dos sistemas económicos, alguma combinação óptima de elementos de plano e de mercado deve ser persistentemente procurada pelos Estados que conseguem ler e aprender a sua própria experiência de dez anos de independência. Para que a articulação inevitável no mercado mundial se faça nas melhores (ou menos más) condições

possíveis, alguma planificação interna, global e sectorial, se torna imprescindível. *Nem só projectos*, sem programas finalizados e coerentes entre si; *nem só «planos»* ineficazes e pesados de burocracia, sem projectos coerentes a materializá-los na prática da política económica.

3) Os grandes projectos de investimento, decorrentes de políticas voluntaristas que supõem o desenvolvimento com algo semelhante à marcha em grandes saltos do canguru, devem ser quanto possível preteridos a favor das iniciativas de pequena escala, com tecnologias apropriadas, minimizando as consequências dos malogros, maximizando o aproveitamento de recursos materiais e humanos nacionais e generalizando o «aprender fazendo».

4) O camponês e a agricultura tradicional têm de estar no âmago da estratégia de desenvolvimento, afirmação que não significa pretender conservá-los imunes ao correr da história. Significa antes considerá-los como algo de complexo e resistente que deve ser persuadido e motivado, mas não agredido e marginalizado. O desenvolvimento rural integrado é caminho indispensável do desenvolvimento *tout court*.

5) Enfim, as armadilhas da dívida externa e dos «ajustamentos» impostos pela dependência dos credores e pelas agudas crises financeiras devem ser cuidadosamente *evitadas*. Quando só for possível tentar *remediá-las*, o quadro convencional dos ajustamentos conjunturais ditos de curto prazo deve ser substituído pelo quadro, mais amplo, dos ajustamentos estruturais inseridos na perspectiva do desenvolvimento a médio e a longo prazo. Tal como se procurou fazer na Guiné-Bissau.

VI

Procurando encontrar os pontos comuns às doutrinas que se esboçam hoje no mundo, aqui e ali, sobre os «desenvolvimentos alternativos», um autor identificou o seguinte decálogo⁷:

1. Prioridade à satisfação de necessidades básicas;
2. Intensificação do esforço interno (autoconfiança ou *self-reliance*);
3. Mobilização popular e participação social;
4. Rearmamento cultural;
5. Reorientação para as produções básicas;
6. Máxima criação de empregos;
7. Atenção ao sector tradicional;
8. Tecnologia adequada;
9. Preocupação ecológica;
10. Autocentramento colectivo (*collective self-reliance*).

Parece que efectivamente, como referimos, tudo isto é desejável. Mas será possível? Em que condições? Que forças sociais podem ser os sujeitos determinantes das transformações necessárias? Não certamente os apoios dos Estados «nacionalitários» que fazem do desenvolvimento a ideologia de conservação do poder ao serviço de minorias. O desenvolvimento de que falámos neste texto é uma «utopia endógena» de mudança social, não mais

uma ideologia de exportação-importação, o discurso mimético ao serviço dos poderes estabelecidos e que contrariam as mudanças necessárias. Ou, mais profundamente, como escreveu um filósofo:

Para se ser dotado de razão é preciso ser-se livre. A racionalidade não poderia pois universalizar-se e objectivar-se totalmente sem se aniquilar a si mesma. Ao contrário, duma certa maneira, diferenciando-se a si própria, diferenciando e precisando as condições da verdade, ela obriga a uma liberdade cada vez menos fácil. Tal é, parece-me, a orientação do «desenvolvimento»⁸.

⁸ Jeanne Hersch, «Développement, conduites humaines et institutions sociales», in *Le développement social*, UNESCO, 1965.